



Políticas Públicas, Democracia e Desenvolvimento

Professor

Milton Mendonça

Encontros remotos

07 de março de 2024 –
19h às 21h30

04 de abril de 2024 –
19h às 21h30

Encontros presenciais

15 de março de 2024 –
17h às 20h30

16 de março de 2024 –
08h30 às 16h30

12 de abril de 2024 –
17h às 20h30

13 de abril de 2024 –
08h30 às 16h30

Ementa

Esta disciplina busca proporcionar aos alunos os meios conceituais e analíticos básicos para entender a estruturação das políticas públicas e seus principais desdobramentos em relação à democracia e ao desenvolvimento. Os temas abordados incluem a políticas públicas brasileiras e experiência internacionais; desafios e oportunidades no campo de políticas públicas; implicações das políticas públicas na democracia e no desenvolvimento; participação, controle social, *accountability* e responsividade nas políticas públicas; inovação e sustentabilidade; e, políticas públicas baseadas em evidências.

Objetivos de Aprendizagem

Ao final do curso, os alunos estarão aptos a compreender os principais conceitos utilizados no campo das políticas públicas para analisar a realidade nacional e internacional, além de compreender a racionalidade da atuação do Estado nas políticas públicas.

Metodologia de Ensino

A disciplina tem como premissa a conjugação entre saberes teóricos e práticos, com ênfase na estimulação ao pensar a partir de problemas, de forma que o aluno aprenda a pensar, a agir, a compreender o ser humano e a ação do Estado. É fundamental a leitura dos textos indicados nas leituras obrigatórias. Leituras complementares são aconselháveis a partir de interesses específicos dos alunos. As opções metodológicas devem contribuir para o desenvolvimento da percepção crítica, com a valorização do diálogo e da reflexão. Para tanto, o curso prevê a aplicação das seguintes técnicas: aulas expositivas; aulas dialogadas; e, realização de oficinas práticas em sala de aula.

Forma de Avaliação

A avaliação da disciplina consistirá nas seguintes atividades:

- Elaboração de artigo científico contemplando temáticas e bibliografias trabalhadas na disciplina (tema/assunto e bibliografias utilizadas no artigo são de livre escolha dos alunos – ao final do presente plano de ensino constam as



diretrizes e o detalhamento para elaboração do artigo – Apêndice I) → prazo de entrega: 05 de maio de 2024 → peso da nota: 6,0 pontos;

- Oficina Prática #1 na aula de sábado à tarde (Módulo I), 16/03/2024 → peso na nota: 2,0 pontos; e,
- Oficina Prática #2 na aula de sábado à tarde (Módulo II), 13/04/2024 → peso na nota: 2,0 pontos.

Para ser aprovado, é necessário obter um aproveitamento de pelo menos 60% e ter uma presença mínima de 75%.

Mini Currículo do Docente

Milton de Souza Mendonça Sobrinho é Doutor (2018) e Mestre (2014) em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Bacharel em Ciências Sociais (2012) pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Tem experiência nas subáreas de Instituições Políticas, Estudos Legislativos, Coalizões e Partidos Políticos. Participou da 7ª edição da *Brazilian Legislative Survey* pela *University of Oxford* e *Rutgers University* (2013). Prestou consultoria ao *Inter-American Development Bank* (IADB/BID, 2013), no projeto *Politician's Motivations and Policy Making*. Trabalhou, ainda, no *Comparative Constitutions Project – Informing Constitutional Design* (CCP, 2014). Tem passagem pelo serviço público, onde atuou como assessor especial do gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal (2016-2018). Atualmente, é professor do Programa de Pós-graduação em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), além de supervisor do Núcleo de Pesquisadores Institucionais (NPI) da mesma instituição.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4124722577314300>



CRONOGRAMA E BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA

Encontro #1 (remoto): 07 de março de 2024 – 19h às 21h30

POLÍTICAS PÚBLICAS: COMPREENDENDO CONCEITOS E CENÁRIOS

Tópicos:

- Diferenciação entre Estado, governo e políticas públicas;
- O conceito de política pública;
- O ciclo das políticas públicas;
- Funções econômicas do Estado e Estado de bem-estar social; e,
- Sistema político brasileiro e o presidencialismo de coalizão.

Leituras obrigatórias:

Amorim Neto, Octavio. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. *In*: Avelar, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung; Editora Unesp, 2015, p. 131-140.

Esping-Andersen, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116.

Howlett, Michael, Ramesh, M., & Perl, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Gadelha, Sérgio Ricardo de Brito. **Módulo 4: Tributação e funções clássicas do Estado**. Brasília: ENAP, 2017.

Mendonça, Milton. **Perdas e ganhos de office e policy payoffs em três ministérios brasileiros**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018, p. 42-45 (As coalizões no presidencialismo brasileiro).

Raile, E.; Pereira, C.; Power, T. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 2, p. 323-334, 2011.

Sallum Jr., Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003.

Secchi, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.



Encontro #2 (presencial): 15 de março de 2024 – 17h às 20h30

LANÇANDO LUZ SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Tópicos:

- Cases práticos de políticas públicas nacionais;
- Políticas sociais e sistema de proteção social no Brasil; e,
- Constitucionalização de políticas públicas.

Leituras obrigatórias:

Barrientos, Armando. The rise of social assistance in Brazil. **Development and Change**, v. 44, n. 4, p. 887-910, 2013.

Bichir, R. M.; Simoni Jr., S.; Pereira, G. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação: o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 102, p. e3510207, 2020.

Couto, C. G.; Lima, G. M. R. Continuidade de políticas públicas: a constitucionalização importa? **Dados**, v. 59, n. 4, p. 1055-1089, 2016.

Höfling, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001.

Machado, J. A. Padrões de indução de políticas sociais por meio de transferências intergovernamentais condicionadas. **Teoria & Sociedade (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 19, p. 191-218, 2015.

Mares, Isabela; Carnes, Matthew E. Social policy in developing countries. **Annual Review of Political Science**, v. 12, n. 1, p. 93-113, 2009.

Nunes, A. N.; Lima, D. V. Transferências fundo a fundo: coordenação e cooperação federativa na segurança pública do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. e2022-0388, 2023.

Paiva, L.; Falcão, T.; Bartholo, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) – One Pager**, n. 228, 2013.



Encontro #3 (presencial): 16 de março de 2024

POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

8h30 às 12h

Tópicos:

- Desafios de coordenação de políticas públicas vis-à-vis o federalismo brasileiro;
- Desafios de avaliação de políticas públicas; e,
- Arranjos de Parcerias Público-Privadas (PPP) e colaboração na gestão pública.

Leituras obrigatórias:

Andion, C.; Magalhães, T. (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2, p. 513-543, 2021.

Flyvbjerg, Bent. Policy and planning for large-infrastructure projects: problems, causes, cures. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 34, p. 578-597, 2007.

Gomide, A. A.; Pereira, A. K. (Orgs.). **Governança da Política de Infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

Machado, J.; Andrade, M. Cooperação intergovernamental, consórcios públicos e sistemas de distribuição de custos e benefícios. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n.3, p. 695-720, 2014.

Machado, J. A.; Palotti, P. L. M. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 61-82, 2015.

Menezes, D. C.; Vieira, D. M. *Stakeholders*, fatores críticos de sucesso e geração de valor em parcerias público-privadas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 47-79, 2022.

Souza, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

Vazquez, D. Mecanismos institucionais de regulação federal e seus resultados nas políticas de educação e saúde. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 969-1005, 2014.

13h às 16h30

Atividade prática em sala de aula:

- Oficina Prática #1: instruções serão repassadas em sala de aula. Atividade em grupo. Peso: 2,0 pontos.



Encontro #4 (remoto): 04 de abril de 2024 – 19h às 21h30

POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRACIA E O DESENVOLVIMENTO

Tópicos:

- Implicações das políticas públicas na democracia brasileira; e,
- Políticas públicas, crescimento econômico e desenvolvimento social.

Leituras obrigatórias:

Arretche, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018.

Cavalcante, P. L. C.; Gomide, A. A. Núcleo de Governo no Brasil: características e padrões de funcionamento do Poder Executivo federal. *In*: Cavalcante, P. L. C.; Gomide, A. A. (Orgs.). **O Presidente e seu núcleo de governo: a coordenação do Poder Executivo**. Brasília: Ipea, 2019 (Introdução).

Gomide, A. A.; Pires, R. R. C. (Eds.) **Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014 (Introdução e Conclusão).

Kerstenetski, Célia; Guedes, Graciele. O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2095-2106, 2018.

Lopez, F. G.; Lopes, L. V. F.; Souto, B.; Santanna, D. A interação entre organizações da sociedade civil e o governo federal: colaboração nas políticas públicas e aperfeiçoamentos possíveis. *In*: Monastério, L.; Neri, M.; Soares, S. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014, v. 2, p. 329-346.

Pires, R. R. C.; Gomide, A. Á. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.



Encontro #5 (presencial): 12 de abril de 2024 – 17h às 20h30

GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE

Tópicos:

- Políticas públicas, participação e controle social; e,
- Responsividade e *accountability*.

Leituras obrigatórias:

Avritzer, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

Azevedo, S. D.; Anastasia, F. Governança, “Accountability” e Responsividade. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, n. 1, p. 82-100, 2002.

Lopez, Felix Garcia; Pires, Roberto Rocha Coelho. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. *In*: Monteiro Neto, A.; Cardoso Junior, José Celso. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 564-587.

Rocha, A. C. *Accountability* na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, 2011.

Silva, J. B. *Accountability* e gestão pública: possibilidades e limites da participação no aperfeiçoamento das políticas públicas. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 41-59, 2018.

Vaz, Alexander C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, p. 63-106, 2013.



Encontro #6 (presencial): 13 de abril de 2024

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL, SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

8h30 às 12h

Tópicos:

- Inovação e sustentabilidade em políticas públicas;
- Cases práticos de políticas públicas internacionais;
- Políticas públicas baseada em evidências; e,
- O futuro das políticas públicas.

Leituras obrigatórias:

Baron, J. A brief history of evidence-based policy. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 678, n. 1, p. 40-50, 2018.

Dias, V. S.; Araújo, C. G. S.; Araújo, K. P. R.; Zan, F. R.; Nogueira, C. R. D. Tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a inovação das políticas públicas educacionais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 90819-90837, 2020.

Janssen, M. J.; Torrens, J.; Wesseling, J. H.; Wanzenböck, I. The promises and premises of mission-oriented innovation policy—A reflection and ways forward. **Science and Public Policy**, v. 48, n. 3, p. 438-444, 2021.

Koga, N. M.; Palotti, P. L. M.; Couto, B. G.; Lins, R. S.; Nascimento, M. I. B. O uso de múltiplas fontes de informação nas políticas públicas: um olhar sobre a burocracia federal brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 5, p. 1165-1190, 2021.

Leal, C. I. S.; Figueiredo, P. N. Inovação tecnológica no Brasil: desafios e insumos para políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 512-537, 2021.

Wingert, E. B.; Bonato, S.; Albrecht, C.; Moura, G. L.; Junges, V. C. Políticas públicas sustentáveis: um conjunto de alternativas para municípios de pequeno porte no Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Turismo e Administração**, Pelotas, v. 16, n. 2, p. 21-37, 2022.

13h às 16h30

Atividade prática em sala de aula:

- Oficina Prática #2: instruções serão repassadas em sala de aula. Atividade em grupo. Peso: 2,0 pontos.



Leituras Complementares

Abrucio, F.; Grin, E. J. O Comitê de Articulação Federativa no Governo Lula: Os Percalços da Cooperação Territorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, p. 1-22, 2018.

Bichir, R. M.; Brettas, G. H.; Canato, P. C. Multi-level governance in federal contexts: the Social Assistance Policy in the City of São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, p. 1-28, 2017.

Bonvecchi, A.; Scartascini, C. The presidency and the executive branch in Latin America: what we know and what we need to know. **IDB Working Paper Series**, n. 283, 2011.

Bouckaert, G.; Peters, G.; Verhoest, K. **The Coordination of Public Sector Organizations: Shifting Patterns of Public Management**. Palgrave Macmillan, 2010 (Chapter 3).

Evans, Peter; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda. **Bringing the State back in**. 12. ed. Cambridge University Press, 2002.

Kerr, D. H. The logic of 'Policy' and successful policies. **Policy Sciences**, v. 7, p. 351-363, 1976.

Le Galès, Patrick. Policy instruments and governance. *In*: Bevir, M. (Org.) **The SAGE handbook of governance**. London: SAGE Publications, 2011, p. 142-159.

Luetjens, J.; Mintrom, M.; Hart, P. **Successful public policy – lessons from Australia and New Zealand**. Australian National University Press, 2019.

Moran, Moran; Rein, Martin; Godin, Robert E. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Parkhurst, J. **The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence**. New York: Routledge, 2017.

Peters, B.G. The challenges of policy coordination. *Policy Design & Practice*, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2018.

Silva, F.; Lopez, F. G.; Pires, R. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. *In*: Cardoso Junior, J. C. (Org.). **República, democracia e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2013, p. 243-268.

Soares, Sergei. Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 1381, 2009.

Torres, C. R. **O processo de construção do sistema nacional de saúde: tradição e inovação na política de saúde brasileira (1940-1980)**. 2020. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020.



APÊNDICE I – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

Um artigo científico é um manuscrito que representa um trabalho original de pesquisa ou estudo científico, cujo propósito é o de compartilhar tal trabalho com outros cientistas. Pode ser uma adição ao estudo em andamento em uma área do conhecimento, pode ser totalmente inovador ou um estudo comparativo entre diferentes abordagens. Para atingir tal objetivo, os artigos devem ter, como meta principal, informar, não impressionar. Eles devem ser altamente legíveis, isto é, claros, precisos e concisos. Os artigos científicos usualmente têm dois públicos principais: primeiro, os revisores de revistas científicas, que ajudam o editor de uma revista a decidir se um artigo é adequado para publicação; e, segundo, os próprios leitores da revista, que podem têm graus variados de conhecimento sobre o tema abordado (poderiam também ser incluídos revisores e participantes de congressos e encontros científicos).

Em termos de orientações gerais, um artigo científico:

- Deve responder a uma pergunta;
- Se torna mais interessante caso tenha uma hipótese (resposta provisória à pergunta) formulada;
- Deve ter fundamentos sólidos e baseados na literatura científica preexistente;
- Deve ser original (comunicar pela primeira vez o resultado de uma pesquisa, pois seu principal objetivo é compartilhar os resultados obtidos, por meio da pesquisa realizada, com a comunidade científica para que possam ser conhecidos e contrastados) e contribuir com algo novo para o campo temático do qual se trata;
- Seus resultados devem ser válidos, confiáveis, e reproduzíveis, e devem ser redigidos em linguagem clara e precisa (devem conter claramente todas as informações necessárias para que outros cientistas possam reproduzir os resultados encontrados); e,
- Deve utilizar uma metodologia com instrumentos e procedimentos cientificamente válidos (para o campo de estudo em questão), independentemente de ser qualitativa, quantitativa ou mista.

Título: máximo de 15 palavras.

Title: segue as mesmas regras do título em português.

Resumo: O resumo deve apresentar de forma clara o problema de pesquisa (objetivo principal/geral da pesquisa), o método, a hipótese de estudo (se houver), os resultados e as conclusões do trabalho. O resumo deve ser composto de uma sequência bem encadeada de frases coerentes, consistentes e objetivas. Não deve haver enumeração de tópicos. Deve ser redigido em um único parágrafo. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Ao ler seu resumo, o leitor deve ser capaz de apreender as principais características do seu trabalho. O resumo deve conter entre 150 e 250 palavras.

Palavras-chave: Indicar de 3 a 5 palavras-chave separadas entre si por ponto e vírgula.

Abstract: Segue as mesmas regras do resumo em português.

Keywords: Seguem as mesmas regras das palavras-chave em português.

A estrutura de artigo que se recomenda é a seguinte:

1. Introdução;
2. Referencial Teórico;
3. Metodologia (e hipóteses, se for o caso);
4. Resultados e Discussões;
5. Conclusão; e,
6. Referências.

Detalhamento das seções:



Introdução: apresentar, contextualizar e justificar o tema da pesquisa, o problema de pesquisa, a(s) hipótese(s) (se for o caso), a metodologia e os principais resultados alcançados. Idealmente, o(a) autor(a) deve terminar a introdução com um parágrafo apresentando o artigo, explicitando quantas e quais são as seções do artigo que virão adiante.

Referencial Teórico: apresentar os principais conceitos, teorias, definições que a pesquisa utiliza a partir da bibliografia utilizada.

Metodologia: Deve-se apresentar toda a operacionalização da pesquisa, isto é, o detalhamento do passo a passo segundo o qual o ela foi realizado. Dentro da seção de metodologia, o(a) autor(a) deve apresentar sua(s) hipótese(s) de estudo, fundamentando-a (teoricamente, se for o caso) e especificando como elas será(ão) verificada(s)/testada(s).

Resultados e Discussões: apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e discuti-los à luz do referencial teórico. Na seção dos resultados o(a) autor(a) deve deixar claro quais as contribuições que a pesquisa oferece para o tema estudado e demonstrar se a(s) hipótese(s) de estudo foi(foram) confirmadas ou refutadas.

Conclusão: reforçar os principais resultados alcançados pela pesquisa e apontar possibilidades de pesquisas futuras que podem aprofundar ainda mais as evidências do objeto de estudo da sua pesquisa, ou seja, que outras pesquisas futuras contribuiriam ainda mais para entender o que você pesquisou.

Referências: apresentar todas as fontes consultadas.

Recomendação de que o artigo possua entre 13 e 17 páginas.